



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão urbana.

O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL TEM COR?

CAMILA BARROS MORAES¹

Resumo: O artigo tem o objetivo de pensar as cidades sob o ângulo racial, problematizando o lugar historicamente destinado a população negra no espaço urbano. Para isso pretendemos compreender, baseados principalmente na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que esta desigualdade do espaço geográfico urbano não é natural. A divisão de espaços hierarquizados e as diferentes formas de sociabilidade são uma criação histórica aprofundada por múltiplas atividades humanas, e tem sido imprescindível para a acumulação de capital. Também objetivamos identificar como as representações do espaço mascaram e ocultam a realidade, pois escondem as contradições e as relações sociais e raciais existentes.

Palavras-chave: cidade; racial; espaço; urbano e negro.

Abstract: The article aims to think of cities from the racial angle, problematizing the place historically destined to the black population in urban space. To this end, we intend to understand, based mainly on the theory of unequal and combined development, that this inequality of urban geographical space is not natural. The division of hierarchical spaces and the different forms of sociability are a historical creation deepened by multiple human activities, and have been indispensable for the accumulation of capital. We also aim to identify how the representations of space mask and hide reality, because they hide the contradictions and existing social and racial relations.

Keywords: city; racial; space; urban and black

I- INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do estudo realizado na dissertação de título: “RESSUSCITA SÃO GONÇALO: a luta por moradia na Ocupação Zumbi dos Palmares do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, que tratou do processo de segregação sócio-espacial da população negra e suas implicações na luta contemporânea por moradia, a partir da experiência vivida na luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) da ocupação Zumbi dos Palmares organizada na cidade de São Gonçalo (RJ) no ano de 2014.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <camila.barrosm@yahoo.com.br>

A principal experiência que contribuiu para a escolha do objeto foi o contato com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na ocupação Zumbi dos Palmares em São Gonçalo (RJ) a partir da inserção no Projeto de Extensão: “*A luta por moradia em São Gonçalo: a experiência do MTST na Ocupação Zumbi dos Palmares*”, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Favelas e Espaços Populares - NEPFE² na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os principais objetivos do projeto de extensão são: contribuir para o processo de enraizamento do MTST em São Gonçalo através de trabalho de acompanhamento as ações realizadas pelo movimento; possibilitar a partir da experiência prática com o movimento a inserção de docentes e discentes no processo de mobilização e garantia de direitos dos trabalhadores; aprofundar o debate sobre a questão urbana e as formas de resistência e organização dos trabalhadores sem teto e ratificar o papel social da Universidade Pública e a direção social do Serviço Social vinculado as demandas reais da classe trabalhadora e as expressões da questão social. Na ocupação Zumbi dos Palmares, os trabalhos extensionistas tiveram como atividades desenvolvidas: a realização do cadastro dos acampados; aplicação de questionário social para mapeamento da realidade social; trabalho de memória da luta coletiva; trabalho de formação e mapeamento e articulação institucional.

² Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares –NEPFE foi criado em 2009, vinculado a organização não governamental Redes de Desenvolvimento da Maré, situada na favela de Nova Holanda no complexo de favelas da Maré. Em 2012 foi vinculado a Escola de Serviço Social da UFF, constituindo-se como um grupo de pesquisa na área da questão urbana. Entre as várias motivações que nortearam a construção do NEPFE, destaca-se: 1) a necessidade de produção de pesquisas e produções que reflitam sobre o cotidiano das favelas e espaços populares; 2) a proposta de constituição de uma rede de pesquisadores oriundos e \ou inseridos em espaços populares e favelas com vínculo com as Universidades públicas e 3) necessidade de produção de conhecimento contribuindo para a diminuição dos estereótipos, preconceitos e visões homogenizadoras sobre esses territórios, buscando influir na constituição de políticas públicas. Pontuamos que o núcleo tem como foco de seus estudos e produções a questão urbana, com ênfase nas diferentes dimensões da vida cotidiana nas favelas e nas formas de resistência e organização dos trabalhadores, em especial os movimentos sociais urbanos. Os estudos percorrem a constituição urbana carioca, o desenvolvimento capitalista desigual e combinado que impulsiona a conformação de diferentes territórios na cidade, as diferentes dimensões da vida cotidiana na favela, o processo de mercantilização da cidade e a organização dos movimentos sociais urbanos. (PROJETO DE EXTENSÃO, 2014) Camila, sugiro colocar o eixo de trabalho do NEPFE e não os motivos da criação.

A inserção no projeto e a conseqüente aproximação com o movimento e a experiência com a questão racial nos fizeram pensar sobre a urgência de fazer reflexões sobre a expressiva quantidade de negros na ocupação.

Para dissertação partimos de dois pressupostos: o primeiro é que a questão da propriedade privada é central na organização espacial da sociedade capitalista brasileira, materializando-se na questão habitacional. O segundo, que historicamente os negros que foram escravizados, no âmbito do trabalho livre, constituem-se como trabalhadores explorados pelo sistema capitalista, mas, sobretudo integram a massa dos deserdados da terra, que foi a principal fonte de acumulação de bens no processo produtivo. O impedimento a propriedade da terra cerceou a possibilidade de ascensão social da população negra, por isso foi um dos fatores estruturantes da pobreza desta população, que tem na habitação precarizada a sua maior expressão.

Afirmamos por hipótese que: 1) há uma quantidade expressiva de negros sem moradia, ou seja, trabalhadores negros que sofrem por sua condição de classe e por sua condição racial, que são produzidos como expressão da questão social; 2) a falta de alternativa “via política pública estatal”, essencialmente na cidade de São Gonçalo, faz com que esta realidade seja identificada na ocupação Zumbi dos Palmares, onde quanto mais escura é a cor da pele, pior são as condições de vida.

Nesse sentido, esse artigo sintetiza as reflexões de um dos eixos da dissertação. Segue dividido em duas partes: na primeira parte temos o objetivo de trazer uma breve contribuição teórica sobre a relação entre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e o desenvolvimento geográfico desigual do espaço urbano brasileiro. A reflexão nos aproxima do debate sobre a questão urbana, cidade, território e segregação sócio-espacial articulando com a questão racial.

Na segunda parte destacamos a questão racial como elemento central na segregação sócio-espacial da produção do espaço urbano brasileiro. Compreendendo que a Lei Áurea e a Lei de Terras de 1850 aparecem historicamente relacionadas, e têm papel fundamental na pobreza da população negra, que tem na habitação precarizada sua maior expressão.

A terceira parte consiste nas considerações finais onde traremos um resumo dos dados apresentados na íntegra na dissertação, obtidos na pesquisa realizada coletivamente pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) na Ocupação Zumbi dos Palmares. A partir dessas análises apresentaremos a proposta de pesquisa para doutoramento, ainda embrionária. Pretendemos dar continuidade a pesquisa no desenvolvimento do trabalho comunitário desenvolvido pelo MTST após a Ocupação Zumbi dos Palmares na cidade de São Gonçalo, com foco no protagonismo na luta da população negra.

II- O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Segundo Harvey (2004), o capitalismo jamais sobreviveria sem seus ajustes espaciais, pois a “produção do espaço geográfico é fundamental e intrínseca na dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes” (HARVEY, 2004, p.81). Por isso, o sistema capitalista tem recorrido à reorganizações geográficas buscando soluções parciais para seus impasses e crises constantes. O autor aponta que dentre algumas saídas para resolver parcialmente este dilema e restabelecer o crescimento da acumulação, o capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganizações geográficas. O autor afirma que o sistema não pode sobreviver sem os “ajustes espaciais”, por isso:

Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estrutura e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para maior acumulação num estágio ulterior. (HARVEY, 2004, p 81)

O capitalismo se tornou um sistema econômico mundial, porém sua evolução aconteceu de forma desigual e combinada. Cada país entrou na divisão internacional de trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, mas cada nação participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo e teve etapas distintas no seu desenvolvimento.

Novack (1988) traz um ensaio sobre o curso desigual da história, onde pretende sintetizar a partir de um viés teórico, o que denomina uma das leis fundamentais da história humana, a “lei do desenvolvimento desigual e

combinado”. Os apontamentos do autor serão essenciais para nos auxiliar na compreensão da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Novack (1988) aponta em suas análises como o processo de desenvolvimento de determinadas formações sociais acaba por conter em si elementos correspondentes a distintas etapas do desenvolvimento de outras formações sociais.

Ele chama atenção para o “duplo caráter” da *lei*, da fusão, no interior desta e que na verdade a constitui enquanto tal, afirma que são duas leis científicas intimamente relacionadas (a *lei do desenvolvimento desigual* e a *lei*, decorrente da anterior, do *desenvolvimento combinado*).

Intelectuais como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes se dedicaram ao entendimento de nossa realidade nacional e em suas considerações podemos perceber a aproximação com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado como método de análise para compreender as condições sócio-históricas dos países de capitalismo atrasado como o Brasil.

Segundo Prado Jr (2004), a realidade brasileira foi interpretada equivocadamente de maneira evolutiva, entendendo que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir no Brasil também. Presumia-se, portanto que aqui o capitalismo foi precedido de uma fase feudal e que precisaríamos acabar com os restos dessa fase. Porém, na análise do autor, jamais existiu um sistema feudal na história do nosso país.

Em nossas origens históricas não encontramos o latifúndio feudal, a grande propriedade rural no Brasil se constitui com base na exploração comercial em larga escala, se desenvolveu através do trabalho do braço escravo introduzido juntamente com essa exploração. Se o Brasil carrega os traços de algum modo de produção antes do capitalismo, certamente é o da escravidão.

A sociedade brasileira do século XIX ainda está apoiada numa economia produtora de mercadoria para o mercado internacional, com fundamentos na utilização predominante do trabalho escravo. Nesse período, o Brasil se destaca como importador de café, açúcar, fumo, couros e peles, erva-mate, arroz, madeira, borracha, onde tiram os recursos para a manutenção da administração pública. No mesmo período, nossa realidade interna se resumia na produção e organização da sociedade com base no trabalho escravizado.

Fernandes (1967) utiliza o conceito de “capitalismo dependente” para afirmar a existência de uma natureza histórica particular da formação e entificação do capitalismo nos países de capitalismo atrasado. O movimento do autor é de contrapor-se a representação “dualista” que se baseava no modelo europeu e norte-americano. Ele analisa que após a colonização não houve rupturas na base da produção, conseqüentemente também não houve rupturas na base da sociedade e da economia no momento da formação de um Estado Nacional Independente. A inclusão da economia brasileira no mercado mundial foi marcada por uma mudança nos laços coloniais.

Fernandes (1967) chama a mudança dos laços coloniais de neocolonialismo e diz que foi importante para o desenvolvimento da economia interna do país “romper” com a metrópole, pois caracterizou uma grande mudança política, já que foram eliminadas as formas de expropriação colonial preexistente e legais. Porém, afirma que as estruturas sociais e econômicas do período colonial ficaram intactas, mantendo o domínio de poderes, seja das elites locais, seja do mercado mundial. A “Independência” inaugura o período moderno no Brasil a partir das influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e a expansão do capitalismo, criando-se uma sociedade nacional de capitalismo subdesenvolvido.

Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao capitalismo comercial são absorvidas ex abrupto, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico novo e moderno, montado e dirigido, diretamente ou a distância por interesses e organizações estrangeiras. (FERNANDES, 1967, p.23)

O Brasil não evolui para o capitalismo por causa das suas estruturas econômicas e sociais, o capitalismo só ganhou significado interno após a ruptura com o antigo regime colonial e mesmo assim ainda mantinha condições análogas a organização social anterior, onde repousava o poder econômico dos grandes proprietários rurais, mesmo após o desaparecimento da escravidão. “Entretanto é a estrutura agrária dessas nações que fornece ao mesmo tempo a base política e os fundamentos econômicos ou sociais para a absorção inicial do capitalismo.” (FERNANDES, 1967, p.24)

Compreendemos que a noção de desenvolvimento combinado orienta as análises de Fernandes (1967), pois ele avalia que na realidade sócio-econômica brasileira, o “arcaico” não aparece como resquício de outra temporalidade que cria obstáculos para o desenvolvimento. A presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” que produziria funcionalidade ao capitalismo nos países periféricos; o “arcaico” seria necessariamente o complemento histórico do “moderno”. Era necessário a utilização de formas não-capitalistas nos países periféricos para a acumulação de capital no mundo “globalizado”.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é o ponto de partida para a análise do desenvolvimento geográfico desigual, que por sua vez constitui-se como uma tentativa teórico-metodológica que tem como principal objetivo compreender a espacialidade do desenvolvimento desigual, a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. A produção de espaços geográficos desiguais também é indispensável ao sistema capitalista. Da mesma forma que a existência dos países periféricos é necessária para o desenvolvimento dos países centrais, na escala das cidades é necessário que exista a periferia para existir o centro. Os efeitos negativos do capitalismo foram intensificados pelo processo de “globalização”, resultando em alterações geográficas profundas, a fim de ampliar a acumulação do capital, produzindo o desenvolvimento geográfico desigual.

Harvey (2004) apresenta dois componentes teóricos fundamentais para a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais que são: “a produção de escalas espaciais” e “a produção da diferença geográfica”. Na “produção de escalas espaciais” o autor faz uma reflexão do espaço em suas diferentes escalas: global, continental, nacional, regional, local ou particular. O movimento que faz o autor é de desnaturalizar as escalas. Ele afirma que as escalas espaciais nunca são fixas são constantemente redefinidas e reorganizadas pelos homens em sociedade. Vai tratar as escalas espaciais como elemento de produção socioespacial, não concebendo esta pelos aspectos naturais. A produção de escalas espaciais passa a ser considerada essencialmente pela atividade humana, partindo daí a produção e reprodução da diferenciação geográfica.

Na contemporaneidade as diferenças geográficas estão sendo reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos, mostrando que sua configuração vai além do legado histórico. Essas configurações atuais criam diferenças geográficas proporcionalmente à intensidade de investimentos de capitais, garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes fiquem mais pobres. As mudanças nos dias de hoje são mais voláteis, principalmente pelo processo de “globalização”. As correntes de desindustrialização e realocação da atividade produtiva mostram a velocidade que é configurada às diferenciações geográficas da população e do emprego.

Harvey (2006) afirma que a cidade tal qual conhecemos nos dias atuais, é produto da sociedade capitalista, que ao se reproduzir imprime no espaço geográfico a desigualdade que é intrínseca a esse modo de produção. O Estado organiza o espaço urbano numa divisão hierarquizada através de um modelo de desenvolvimento geográfico desigual, que utiliza da centralização do capital para produzir uma acumulação desigual no espaço, transformando-o ou reconfigurando-o.

A necessidade do capitalismo de se reorganizar no mundo globalizado tornou as cidades o principal alvo de reprodução das diversas formas de opressão, exploração e dominação, produzindo espaços de extrema desigualdade e conflito. Pensar na produção do espaço é dar ênfase na importância do espaço geográfico como mecanismo de manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista.

Lefebvre (1978) interpreta que antes do desenvolvimento do capitalismo as cidades eram “mais obra do que produto”, ou seja, tinham maior valor de uso do que de troca. O autor define que a cidade como valor de uso aparece como um lugar de produção de conhecimento, técnicas e obras e a cidade como valor de troca é o centro de acumulação de riquezas. Com o desenvolvimento da industrialização, aos poucos as estruturas sociais vão subordinando-se à mercadoria e ao valor de troca. O espaço urbano, construído primordialmente como valor de uso, com esta generalização do valor de troca passa a viver mais intensamente a contradição entre valor de uso e de troca. “O espaço encerra e oculta, tanto quanto as coisas, relações sociais” (LEFEBVRE, 1976:99).

III- A HERANÇA COLONIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

As cidades brasileiras são hoje a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar sua herança colonial para construir uma sociedade que distribuisse de forma menos desigual suas riquezas. Sua construção foi marcada pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei. Com a intensidade da urbanização, espaços diferenciados são produzidos, identificando seus moradores de maneira distinta, sendo dividido entre os bairros elitizados e populares.

Para entendermos a segregação sócio-espacial na produção do espaço urbano brasileiro é necessário colocarmos a questão étnico-racial como central. Partimos da compreensão que a escravidão foi um dos meios mais eficientes de acumulação primitiva no capitalismo mercantil e foi fundamental para que este modo de produção se tornasse hegemônico. A escravização do africano apresenta-se como a saída mais bem sucedida da história do imperialismo³, sendo a força de trabalho escravizada parte imprescindível para o processo de acumulação do capital.

Marx (1867) cria o conceito de Acumulação Primitiva de Capital⁴, entendendo a relevância da formação do mercado de trabalho assalariado para

³ Segundo Lênin (1985), as principais características do imperialismo são: a concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; a fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse capital financeiro, de uma oligarquia financeira; diferentemente da exploração de mercadoria, a exportação de capitais assume uma importância particular; a formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si. (p.88). O autor diz que —o imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (p.88). Em síntese, o autor avalia que o imperialismo significa um marco na passagem do capitalismo bancário para o capitalismo financeiro e monopolista, o qual atua de forma parasitária e auto-destrutiva. (ano e página) — e o restante inclui na bibliografia. NIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo. Global Editora, 3ª edição, 1985.

⁴ O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste em retirar do trabalhador a propriedade de seus meios de

a reprodução do capital, retratando a formação do mercado de trabalho na Inglaterra. O processo se iniciou com sucessivas expropriações de terras dos camponeses, ocorrido a partir dos séculos XV e XVI. Esse é o processo histórico que dissocia o camponês (o produtor direto) de seus meios de subsistência e meios de trabalho.

O processo de acumulação primitiva, que transforma terra em propriedade fundiária, é essencial para compreendermos a realidade brasileira e o desenvolvimento do capitalismo no país. A escravidão constituía-se como parte da acumulação primitiva do capital, sendo a venda de escravos somada ao trabalho escravizado voltado para a exportação, essenciais para o processo de acumulação internacional.

A autora Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha (1989) avalia que a forma como se deu a transição do trabalho escravo em trabalho livre faz parte deste processo, desse jeito, entende que a abolição da escravidão e a “Lei de Terras” de 1850 foram o marco do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um capitalismo que tem fortes características na concentração de terra e na segregação sócio-espacial. Essas medidas tinham como principal objetivo reter os ex-escravizados nas terras dos senhores, impedindo sua dispersão pelo território nacional. Assim como visavam impossibilitar o acesso a pequena propriedade através do encarecimento repentino das terras, que continuaram como monopólio dos grandes proprietários, possibilitando uma força de trabalho barata e dependente.

As bases do sistema capitalista estão assentadas na propriedade privada e a criação da moderna propriedade fundiária nada mais foi do que ratificar a propriedade para os que já tinham a posse de terra. A posse se transforma em propriedade, com limites obrigatoriamente definidos e aceitos por toda a sociedade. Este momento histórico, em que a terra vem sendo transformada em propriedade privada, é crucial para o entendimento de toda a reestruturação do poder na formação do país. São momentos de lutas ideológicas, de disputa

trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariado os seus produtores diretos. Em síntese, a chamada acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção e é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Ver mais em: Marx, Capítulo XXIV do Capital, 1867.

política, onde existiam diferentes camadas sociais em conflito, e tinham o objetivo de adaptar a legislação aos seus interesses. Os proprietários de terra deste período estavam inseridos na elite nacional, divididos em grupos de alto poder econômico, que buscavam, sobretudo, garantir a manutenção de seus privilégios.

Historicamente, a acumulação de capital implica em que a terra deixe de ser uma condição natural de produção para se transformar em uma mercadoria, passível de compra e venda no mercado. Ou seja: deixa de ser um bem social para se tornar propriedade privada. Os instrumentos de trabalho deixam de pertencer ao produtor e passam a se colocar, frente a ele, como capital. Ou seja: passam a ser monopolizados pelo capitalista, só restando ao produtor independente a alternativa da venda de sua própria força de trabalho. Finalmente, ocorre a dissolução das relações em que os próprios trabalhadores apareciam como parte direta das condições objetivas do trabalho, sob a forma de servidão e/ou de escravidão (no caso do escravo, era ele próprio um instrumento de trabalho). Antes, o trabalhador, enquanto ligado à terra e de posse de seus instrumentos, possuía os bens de consumo necessários à sua manutenção (caso também, no Brasil, do pequeno produtor independente, posseiro, morador, parceiro, qualquer que tenha sido sua denominação). Quando este deixa de possuir a terra e/ou os instrumentos de trabalho, sua manutenção passa a ser realizada unicamente através da venda de sua força de trabalho. (GADELHA, 1989: 155)

A estrutura fundiária desde o período imperial foi determinada por uma legislação tendenciosa, que era elaborada pelas elites rurais. Esta estrutura, não por acaso, favoreceu os proprietários e a propriedade privada, fato que aumentou ainda mais a desigualdade social. A concentração da terra e a exploração de riquezas sempre foram os alicerces da sociedade. Medidas como a concessão de Sesmarias e a “Lei de terras” de 1850 dissociam os indígenas, negros, colonos pobres e milhares de brasileiros do acesso a terra, que eram seu meio de trabalho e subsistência.

Pode-se considerar que a “Lei de Terras” de 1850 representa a implantação da propriedade privada do solo no Brasil. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela. Nessa conjuntura, era necessário que o escravizado deixasse de ser uma mercadoria rentável e que a terra assumisse esse papel o mais breve possível. A propriedade da terra foi a principal fonte de acumulação de bens no processo produtivo nacional, porém era necessário dar fim ao sistema escravagista para que fosse implantado de fato o modo de produção capitalista. Antes da aprovação da lei, as posses dos grandes latifundiários eram medidas pelo número de escravos que tinham.

Maricato (1997) afirma que não foi por acaso que a “Lei de Terras” foi promulgada no mesmo ano que a proibição definitiva do tráfico. Em meio a um processo político-econômico em que se restringia o sistema de escravidão, a “Lei de Terras” serviu para transferir o indicativo de poder e riqueza das elites de então. Sua hegemonia não era mais medida pelo número de escravizados, mas pela terra que possuíam, agora convertida em mercadoria, e o trabalho assalariado podia então se expandir no Brasil. Para isso era imprescindível que o acesso do solo aos ex-escravizados e aos trabalhadores nacionais fosse dificultado, tornando a população negra, ex-escravizada, parte majoritária da massa dos deserdados da terra.

Esta conjuntura consolidou a divisão da sociedade em duas categorias bem distintas: os proprietários fundiários de um lado, e do outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravizados, que seriam juridicamente libertos apenas em 1888, e os imigrantes, presos à dívidas com seus patrões.

A “Lei das Terras” também interferiu diretamente na apropriação da terra urbana. Como diz Maricato (1997), a lei “distingue, pela primeira vez na história do país, o que é solo público e o que é solo privado” (Maricato, 1997:23). Regulamenta o acesso à terra urbana, definindo padrões de uso e ocupação, que serviram e servem para garantir, o privilégio das classes dominantes. O aparato legislativo, assim como a estrutura política de regulamentação do acesso a terra foram sempre implementados no sentido de não alterar os privilégios da burguesia.

O conjunto de legislação que regulamentou a estrutura fundiária permitiu a concentração de terras, base a partir da qual seriam construídas a riqueza e a pobreza no Brasil. Campos (2005) analisa que a apropriação do espaço pelos mais pobres, segundo o entendimento de diversos autores conservadores, era (e é) considerada como uma transgressão ao ordenamento do solo urbano. À esses grupos, a Lei de Terras de 1850 não contemplou e/ou ratificou as posses antigas, criando um descompasso entre os que puderam tomar a si o direito de possuir terras devolutas e os que ficaram excluídos do processo.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social a partir da inserção de docentes, discentes e profissionais no projeto de extensão “*A luta por moradia em São Gonçalo: a experiência do MTST na ocupação Zumbi dos Palmares*” realizou o trabalho de cadastro geral dos acampados da Ocupação Zumbi dos Palmares e executou posteriormente a aplicação de um questionário extenso de mapeamento das condições de vida dos cadastrados.

Após uma série de atos, lutas e resistência, a negociação do MTST com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo e com o Governo Federal avançou e garantiu a construção de 1000 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidades. Os trabalhadores se retiraram do terreno da ocupação, porém mantiveram-se organizados em três núcleos de base que correspondem aos seus devidos locais de origem, Jardim Catarina, Santa Luzia e Cano Furado.

Em seguida ao processo de ocupação, a equipe do Serviço Social iniciou a aplicação do questionário social, que foi objeto de nossa análise. Foram aplicados 446 questionários junto às famílias que participaram da ocupação e naquele momento retornavam ao local de moradia. O questionário elaborado, com o objetivo de identificar as demandas sociais dos integrantes em processo de luta pela conquista da casa foi dividido basicamente nos seguintes eixos: sexo, raça/etnia/cor, estado civil, renda, trabalho, condições de moradia, acesso à saúde, assistência social, educação e serviços.

Neste processo de aplicação do questionário social e análise dos dados coletados, nos chamou a atenção e nos inspirou para a construção da dissertação a questão racial na ocupação, materializada pela expressiva quantidade de pessoas negras, moradoras da “periferia da periferia”, com condições de vida extremamente precárias e organizadas na luta por moradia.

O perfil étnico-racial no questionário foi avaliado através de questão aberta, o que possibilitou a grande variedade de termos. No questionário, os trabalhadores(as) utilizaram para autodeclarar sua raça/cor/etnia classificações como: mulata, morena, negra, parda, preta, branca, mestiça, amarela, escurinha e marrom. Para um melhor resultado estatístico, optamos por agrupar a variedade de categorias declaradas pelos acampados segundo a classificação oficial do IBGE. Para isso, consideramos os autodeclarados “pretos”,

“escurinhos” e “negros” como pretos e os que se autodeclararam “pardos”, “morenos”, “mestiços” e “marrons” como pardos. Nesse sentido a divisão ético-racial fica: 34% pretos; 48% pardos; 16% brancos; 1% amarelo e 1% sem resposta. Considerando pretos e pardos, os negros somam 82% dos trabalhadores da ocupação.

Ao tirar a proporcionalidade entre brancos, pretos e pardos, notamos que ainda que a pobreza seja generalizada, não é dividida equanimemente entre as raças. Mesmo que o número de autodeclarados negros seja maioria (82%) nota-se uma pequena diferença entre brancos, pardos e pretos em relação a renda, em que os pretos aparecem mais representados nas faixas de renda menores. Avaliando proporcionalmente o número total de cada raça, na faixa de renda até meio salário mínimo percebe-se 14,3% de brancos, 14,6% de pardos e 20,1% de pretos. A faixa de até um salário mínimo apresenta 35,5% de brancos; 39,9% de pardos e 37,7% de pretos. Na faixa de até R\$1600,00 podemos identificar 37,1% de brancos; 36,6% de pardos e 30,5% de preto. A faixa mais alta que vai de R\$1600,00 até R\$3275,00 mostra 11,7% de brancos; 8,0% de pardos e 7% de pretos.

O perfil geral dos trabalhadores responsáveis pelo questionário aplicado com os acampados da Ocupação Zumbi dos Palmares consiste em: mulheres (79%); negras (83%); solteiras (50%); que interromperam os estudos porque precisavam trabalhar (39%) ou devido ao nascimento dos filhos (21%); não tem plano de saúde (particular ou empresarial) (83%); acessam majoritariamente a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) para cuidar da saúde (85%) e a avaliam como regular (33%); avaliam o transporte público como regular (32%); tem renda familiar até um salário mínimo (38%); não trabalham próximo a residência (34%); utilizam ônibus como meio de deslocamento para o trabalho e demoram mais de 2h no deslocamento casa/trabalho - trabalho/casa (21%); moram de aluguel (43%); tem 3 cômodos por domicílio (40%); tem de 1 a 3 pessoas morando na mesma casa (54%). Na composição família, a maioria não estuda atualmente (63%), tem Ensino Fundamental incompleto (45%), os que estudam, estão matriculados em instituições públicas (85%) e os que trabalham estão inseridos no mercado informal sem carteira de trabalho assinada (49%).

A cidade de São Gonçalo é conhecida como cidade típica da periferia principalmente pela ausência dos serviços públicos básicos e a ineficiência dos equipamentos estatais. O município apresenta um número considerável de favelas e espaços populares, uma população expressivamente negra e uma pobreza generalizada, que se materializa essencialmente na inadequação das moradias. Os programas habitacionais, por sua vez não dão conta de amenizar esta questão deixando a população a mercê de sua própria sorte.

A luta da Ocupação Zumbi dos Palmares é uma expressão do problema da moradia na cidade e nos chama atenção especialmente pela expressiva quantidade de negros lutando por terra. Remete-nos aos tempos de escravidão e pós escravidão onde a população ex-escravizada teve seu direito a terra cerceado. Fato que evidencia que mesmo após séculos de trabalho, essa mesma população permanece periférica e lutando por um direito básico como moradia. A questão racial está presente em todos os espaços da ocupação, seja na grande quantidade de pessoas negras como também na forte cultura de religião de matriz africana presente na região.

V-REFERÊNCIAS

Banco de dados do NEPFE.

BOULOS, Guilherme. **Porque Ocupamos?** Uma introdução a luta dos sem teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CAMPOS, Andreino de O. **Do quilombo à favela:** a produção do espaço Criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2005.

_____. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli, Brasília, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Dominus Editora: São Paulo, 1965.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Livraria Ler, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48. ed. Recife: Global editora, 2003

GADELHA, Regina Maria D. Fonseca. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão. *Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX*. R. **História**, São Paulo. 120, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GOULART, Débora. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto MTST**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos PENESB** – 4, Organizadora Iolanda de Oliveira, Niterói, 2002.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. II São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes sociais no Brasil**. São Paulo: editora Brasiliense, 2004.

_____. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em discussão). Outros autores: Benedita da Silva, Gevanilda Santos, Luiz Alberto Silva Santos.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Grupo . As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de geografia urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4. ed. Páris. Primeira versão, 2006.

_____. O espaço: Mero reflexo da sociedade ou fato social?/ O espaço como Instância social. In: *POR UMA geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Teoria do conhecimento. Capítulo I. In: *LÓGICA Formal, lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEI de Terras de 1850.

LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actuel Marx**, n. 18, 1995.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. **O Ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. 2010. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensai_o2_ministerio12.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. André Brandão (Org.). **Cadernos PENESB-5**, Niterói, 2004.

NOVACK, George. **A Lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. Impresso no Brasil, 1988.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA SANTOS, Luiz Alberto. Escravidão e capitalismo. In: IANNI, Otávio (org). **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. (Coleção Socialismo em discursão).